

UNIVERSIDADE REGIONAL DO NOROESTE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL – UNIJUI

VICE-REITORIA DE GRADUAÇÃO – VRG

COORDENADORIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA – CEaD



Coleção Educação a Distância

Série Livro-Texto

Ivo dos Santos Canabarro

HISTÓRIA DO BRASIL III



Editora UNIJUI

Ijuí, Rio Grande do Sul, Brasil

2009

© 2009, Editora Unijuí
Rua do Comércio, 1364
98700-000 - Ijuí - RS - Brasil
Fone: (0__55) 3332-0217
Fax: (0__55) 3332-0216
E-mail: editora@unijui.edu.br
www.editoraunijui.com.br

Editor: Gilmar Antonio Bedin

Editor-adjunto: Joel Corso

Capa: Elias Ricardo Schüssler

Designer Educacional: Jociane Dal Molin Berbaum

Responsabilidade Editorial, Gráfica e Administrativa:

Editora Unijuí da Universidade Regional do Noroeste
do Estado do Rio Grande do Sul (Unijuí; Ijuí, RS, Brasil)

Catálogo na Publicação:
Biblioteca Universitária Mario Osorio Marques – Unijuí

C212h

Canabarro, Ivo dos Santos.

História do Brasil III / Ivo dos Santos Canabarro. – Ijuí :
Ed. Unijuí, 2009. – 40 p. – (Coleção educação a distância.
Série livro-texto).

1. História. 2. Literatura. 3. Historiografia brasileira.
4. Literatura brasileira. 5. Crônica. I. Título. II. Série.

CDU : 981

981:82 (091)

Sumário



CONHECENDO O PROFESSOR	5
APRESENTAÇÃO	7
UNIDADE 1 – LITERATURA E HISTÓRIA	9
Seção 1.1 – A Relação entre Literatura e História e a Construção do Conhecimento	9
UNIDADE 2 – CRÔNICA E HISTÓRIA	19
Seção 2.1 – Características Comuns entre Crônica e História	19
UNIDADE 3 – REPRESENTAÇÃO E HISTÓRIA	25
Seção 3.1 – O Discurso Histórico e a Representação	25
UNIDADE 4 – LEITURA E INTERPRETAÇÃO DA OBRA	33
Seção 4.1 – Atividade Prática	33
REFERÊNCIAS	39

Conhecendo o Professor



Ivo dos Santos Canabarro

Gosto muito de trabalhar com fotografias, sou fascinado pelos elementos visuais, acho que eles nos permitem o conhecimento de outras realidades. Comecei a pesquisar os arquivos fotográficos no curso de graduação em História que fiz na Unijuí, pois naquele período fui bolsista de iniciação científica do CNPq. Depois no mestrado, que fiz na UFRGS, continuei a utilizar as fotografias, aliadas aos depoimentos orais. Após concluir o mestrado comecei a trabalhar na Unijuí no curso de História.



O trabalho como professor no curso de História sempre esteve aliado às atividades de pesquisa, pois considero importante que o professor não apenas trabalhe com o conhecimento já produzido, mas que ele também tenha a capacidade de produzir novos conhecimentos. Foi nesta perspectiva que fiz o curso de doutorado na Universidade Federal Fluminense, no Rio de Janeiro, e na Universidade de Paris III, na França. A minha tese de doutorado é um estudo sobre a cultura fotográfica na Região Noroeste do Rio Grande do Sul.

Fazer pesquisas é um desafio constante, pois a cada momento descobrimos coisas novas que nos fazem repensar os conhecimentos produzidos. Neste sentido, considero que trabalhar com as teorias da história é uma possibilidade de pensar o ofício do historiador, que além de dar aulas deve desafiar-se a fazer pesquisas. Atualmente participo de um grupo de pesquisa intitulado História e Cultura Visual, que comporta pesquisadores de imagens de todo o Brasil. A minha pesquisa chama-se "A História pela fotografia", e já venho desenvolvendo-a há alguns anos, mas sempre acho questões novas para pesquisar.

Apresentação



Este componente curricular tem como ênfase principal o estudo de obras clássicas que nos permitam o aprofundamento da historiografia brasileira. As obras abordadas neste livro-texto são de extrema importância para o entendimento de que a História pode ser estudada a partir de vários pontos de vista.

Para o conhecimento da historiografia é realmente necessário a prática da leitura, pois somente ela nos permite ir muito além das nossas experiências cotidianas. A formação do historiador é muito complexa, exigindo uma série de habilidades. Temos de ter uma bagagem de leitura para nos iniciarmos neste ofício. O historiador que não tiver um expressivo volume de leituras não terá o domínio de conteúdo suficiente para exercer as suas atividades com competência.

Podemos iniciar com a seguinte interrogação: Por que o aluno de História precisa conhecer as obras clássicas da historiografia? A resposta me parece bem objetiva, ele necessita conhecer a história e a leitura é o principal caminho a ser percorrido para a sua formação acadêmica. As obras consideradas clássicas são fundamentais para a sua formação e desta forma, são um conhecimento obrigatório para todo o estudante de História.

Assim sendo, podemos afirmar que a formação do aluno com uma série de leituras bem diversificadas é o primeiro passo para poder se apresentar como historiador e professor de História. As obras clássicas nos dão uma visão mais diversificada da História, permitindo o conhecimento dos historiadores e escritores que construíram uma determinada visão da nossa História e Literatura.

Neste componente curricular vamos nos deter na historiografia e Literatura brasileira, a partir de autores que nos dão uma perspectiva de pensar o Brasil sob diferentes olhares. Vamos ler obras que nos permitem pensar com uma diversidade bem significativa de olhares, permitindo compor um panorama complexo sobre o Brasil.

Esses autores clássicos constroem, a partir da História, da crônica e da Literatura, um verdadeiro mapa com questões que nos permitem pensar o Brasil em toda a sua diversidade histórica e cultural. Temos de nos acostumar a aprender a nossa História de uma forma bem diversificada, pois temos muito a conhecer dos nossos cronistas e da própria Literatura, os quais podem nos trazer cenas inéditas para o entendimento da nossa realidade.

A leitura das obras exige que o leitor tenha algumas habilidades para um melhor aproveitamento das questões discutidas pelos autores. Neste sentido, é necessário algumas considerações sobre os pontos considerados norteadores. A discussão começa pela relação da

História com a Literatura, que vai nos propiciar um entendimento destas relações e principalmente como o historiador trabalha com a Literatura para a construção do conhecimento histórico.

A seguir a discussão é centrada na relação da crônica com a História, para percebermos as semelhanças e diferenças entre ambas. Para finalizar vamos nos deter na importância das representações na História, como elas são produzidas pelos diferentes grupos sociais e como são incorporadas no discurso do historiador.

LITERATURA E HISTÓRIA

OBJETIVO DESTA UNIDADE

- Compreender as relações entre Literatura e História.

A SEÇÃO DESTA UNIDADE

Seção 1.1 – A Relação entre Literatura e História e a Construção do Conhecimento

Seção 1.1

A Relação entre Literatura e História e a Construção do Conhecimento

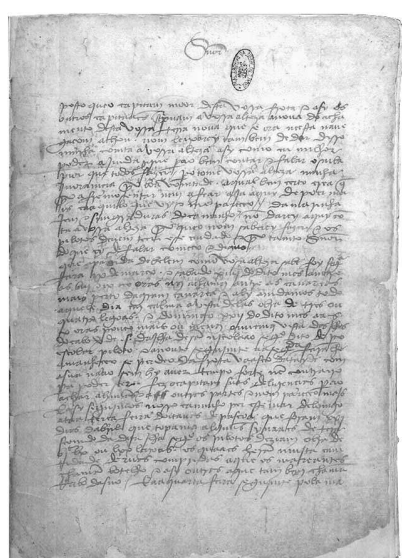
A relação entre Literatura e História é muito importante para a construção do conhecimento histórico, pois seguidamente os historiadores recorrem à Literatura para entender as representações e o contexto de uma determinada época.

Embora a Literatura seja uma narrativa mais acessível ao leitor, ela nos propicia o entendimento de muitas questões relacionadas à própria História, pois esta busca na Literatura o entendimento de suas representações. Atualmente muitos historiadores têm recorrido à Literatura para tornar suas obras mais contextualizadas, buscando as representações das épocas pesquisadas.

O que podemos chamar de História e Literatura brasileiras já vêm de muito tempo. Desde a época dos descobrimentos temos os relatos e escritos sobre a nova terra, o que nos permite compreender um período bem amplo da nossa História. Mesmo que estes relatos não apresentassem os critérios que os atuais historiadores adotam, eles são fundamentais para o conhecimento de como se deu a evolução da ocupação social do Brasil.

Pesado

Neste sentido, o termo “pesado” significa um conteúdo mais elaborado, de difícil entendimento num primeiro instante.



Podemos nos referir à **Carta de Pero Vaz de Caminha**, (que pode ser) considerada um dos primeiros escritos sobre a nova terra, uma vez que sua descrição continha a visão dos portugueses em relação ao processo de ocupação do novo mundo.

A Carta oferece ao historiador impressões que os colonizadores tiveram num primeiro momento, descrevendo os nativos que

aqui viviam e suas características, a natureza exuberante, um pouco de seu cotidiano na nova terra. Não consiste em um livro de História, mas sim em um documento precioso para a construção do conhecimento.

Escrever sobre o Brasil é uma tarefa de historiadores, cronistas e literatos, cada um com sua forma específica, pois são olhares diferentes com suas especificidades, mas para nós, leitores, são possibilidades de entendermos sobre um mesmo contexto. A historiografia é constituída, seguindo os padrões de pesquisa e narrativa que identificam a disciplina, quase sempre por uma escrita mais rígida, muitas vezes destinada a especialistas.

O rigor do texto de História pode afastar o interesse do grande público, que geralmente busca uma leitura mais compreensível num primeiro momento. É importante salientar, no entanto, que atualmente os historiadores estão, não raramente, buscando a construção de uma narrativa mais acessível, que se aproxime mais da Literatura. Este é realmente um grande desafio para o historiador, ou seja, transformar o seu texto “**pesado**” em outro de fácil leitura.

A Literatura, por sua vez, sempre primou por um texto mais acessível ao grande público. Talvez seja essa a razão do seu fascínio e de sua popularidade. A leitura é sempre mais agradável e de

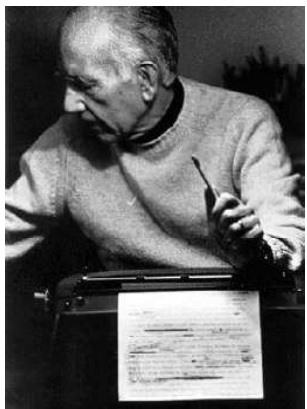
¹ Disponível em: <<http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/1/11/Carta-caminha.png>>. Acesso em: 16 maio 2009.

fácil compreensão já num primeiro olhar, pois são criados enredos e personagens que chamam a atenção do leitor do começo ao fim da obra. Os literatos transformam os acontecimentos em romances, criam situações para prender a atenção do leitor, pois esta trama é uma forma de narrar que não dificulta a sua leitura.

Ao ter contato com uma obra literária o leitor consegue entender uma série de questões que normalmente demoraria muito tempo se estivesse lendo uma outra fonte, porque ao sentir-se seduzido pela trama da obra mantém-se mais atento à leitura, o que facilita sua compreensão.

Atualmente os historiadores têm-se interessado muito pela Literatura, tanto que esta passou a ser fonte para a produção do conhecimento. Logo, os novos estudos históricos, principalmente os mais voltados para o imaginário social, têm na Literatura uma fonte riquíssima. Os historiadores conseguem visualizar na Literatura uma possibilidade de compor parte significativa do imaginário, posto que ela trabalha também com as representações, que são elementos importantes para compor o discurso histórico.

Na Literatura são encontrados vários ambientes em que as tramas se desenvolvem, e estes espaços são, em certa medida, os contextos, os lugares onde as coisas acontecem (exemplos não faltam de ambientes e contextos).



² Cito, por exemplo, a obra de **Erico Verissimo**, contextualizada no Rio Grande do Sul. A partir dela podemos visualizar tipos gaúchos, cenários e tramas que envolvem a vivência dos gaúchos em diferentes períodos da História.

No início do século 19 havia uma aproximação muito grande entre História e Literatura, pois ainda não estava bem definido o campo da disciplina histórica. Os historiadores daquela época se uti-

Erico Lopes Verissimo

(Cruz Alta, 17 de dezembro de 1905 – Porto Alegre, 28 de novembro de 1975) foi um dos escritores brasileiros mais populares do século 20. Filho de Sebastião Verissimo da Fonseca e Abegahy Lopes Verissimo, família abastada que ficou arruinada, não chegou a completar os estudos secundários devido à necessidade de trabalhar. Estabeleceu-se com uma farmácia em Cruz Alta, mas não foi bem-sucedido. Mudou-se então para Porto Alegre em 1930 disposto a viver de seus escritos e na capital gaúcha passou a conviver com escritores já renomados, como Mário Quintana, Augusto Meyer, Guilhermino César e outros. Casou-se em 1931 com Mafalda Volpe e teve dois filhos, Luis Fernando Verissimo, também escritor, e Clarissa. Em 1936, mesmo ano do nascimento de Luis Fernando, Erico Verissimo publicou *Olhai os Lírios do Campo*, sua primeira obra de repercussão nacional e internacional. Muitas décadas mais tarde, em 2006, essa obra influenciou fortemente a novela *Páginas da Vida*, de Manoel Carlos. A novela tirou do livro alguns personagens. Em 1943 mudou-se com a família para os Estados Unidos, onde ministrou aulas de Literatura Brasileira na Universidade de Berkeley, até 1945. Entre 1953 e 1956 foi diretor do *Departamento de Assuntos Culturais* da Organização dos Estados Americanos, em Washington. É considerada a sua obra-prima a trilogia histórica *O Tempo e o Vento* (1949-1961), da qual saíram alguns personagens primordiais e bastante populares entre seus leitores, como *Ana Terra* e o *Capitão Rodrigo*.

O enfarte que o vitimou em 1975 impediu-o de completar o segundo volume de sua biografia, *Solo de Clarineta*, programada para ser uma trilogia, além de um romance que se chamaria *A hora do sétimo anjo*.

Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/%C3%89rico_Ver%C3%ADssimo>. Acesso em: 16 maio 2009.

² Disponível em: <http://www.vidaslusofonas.pt/erico_verissimo06.jpg>. Acesso em: 16 maio 2009.

lizavam muito da Literatura para a construção do texto histórico, sendo possível perceber que a falta de um método específico para a escrita da História levava seus autores a recorrerem à narrativa literária para compor a sua narrativa histórica.

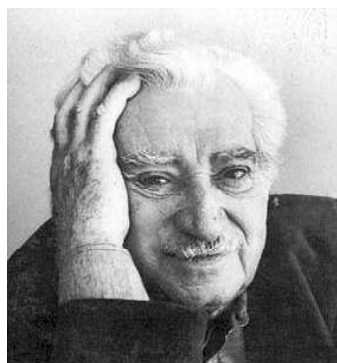
A História até aquele período era mais contada do que pesquisada. Neste sentido, pode-se afirmar que faltava um rigor da pesquisa, era um relato mais livre, o referente ainda não era algo definido. Nesta perspectiva, a História e a Literatura eram muito próximas, pois ambas eram construídas mais pela imaginação do que pela pesquisa.

Nos atuais estudos históricos Literatura e História não se confundem, cada uma ocupa o seu lugar específico com suas peculiaridades. A História já a partir do século 19 encontrou um método, ou seja, uma forma de construção de seu discurso a partir da pesquisa e do rigor para o tratamento de suas fontes, diferenciando-se da narrativa literária.

Atualmente os historiadores se utilizam da Literatura como mais uma fonte documental, buscando nela a perspectiva de entendimento da construção de cenários que servem para o contexto de suas obras. Também se preocupam em encontrar representações para a composição dos imaginários, pois as representações literárias são muito ricas e propiciam aos historiadores a criação de um conjunto significativo de questões que ajudam a compor toda uma trama histórica.

O contrário também acontece: muitos autores de Literatura também buscam na História a contextualização de suas obras, embora estes criem personagens e tramas imaginários, mas este diálogo entre a Literatura e a História tem-se mostrado muito proveitoso nos últimos tempos.

Este diálogo entre Literatura e História apresenta-se de uma forma muito significativa, tanto para uma quanto para a outra. Ultimamente assistimos a uma troca de experiências que faz a História se tornar cada vez mais literária, e a Literatura apresentar contextos históricos mais consistentes. Isso pode ser observado na grande divulgação de obras literárias e históricas com adaptação para o cinema e para a televisão.



Autores como **Jorge Amado** e Erico Verissimo já tiveram obras adaptadas para o cinema e televisão, mostrando o potencial de suas produções literárias e tornando-se cada vez mais acessíveis ao grande público.

³ Disponível em: <http://agnazare.ccems.pt/agrupamento/becre/imagens/autor_mes/imagens/jorge_amado.jpg>. Acesso em: 16 maio 2009.

Outro sucesso da televisão foi a adaptação do livro "**A casa das sete mulheres**", um romance com um determinado contexto histórico que alcançou grande popularidade e despertou profundo interesse pela obra.

As discussões sobre Literatura e História ganham proporções bem significativas na historiografia, a partir do momento em que os autores constataram que a dimensão literária da experiência social e a estrutura literária da escrita da História propiciam uma nova abertura aos que desejam expandir os conceitos de História para muito além das fronteiras tradicionais estabelecidas pelo discurso historiográfico. Neste sentido é importante observar que esta relação entre Literatura e História é mais uma possibilidade de se pensar na renovação da própria História, a qual estaria sujeita à influência de novos modelos de escrita.

No texto *Literatura, crítica e imaginação histórica*, de Lloyd S. Kramer (1992), o autor trabalha com a perspectiva de dois autores, Hayden White e Dominick LaCapra, pois ambos discutem a questão da relação entre Literatura e História.

Segundo Kramer (1992), ambos os autores questionam as fronteiras que separam a História da Literatura e da Filosofia, e contestam aquilo que percebem como dominantes na própria historiografia, destacando o importante papel da linguagem nas descrições e concepções da realidade histórica. Os autores observam ainda que é importante estarmos atentos para as perspectivas crítico-literárias, pois isso pode tornar os historiadores mais inovadores na sua tarefa de pensar o conhecimento histórico.

O desafio proposto por White e LaCapra (apud Kramer, 1992) consistiria em colocar diante dos historiadores contemporâneos o complexo problema de abrir o modelo historiográfico da realidade e da representação para os desafios apresentados pela Literatura, pela arte, pela teoria crítica e pela ciência. Neste viés, podemos observar que o discurso histórico estaria mais propenso à imaginação influenciada pela Literatura e pela arte, quando estaríamos entrando no complexo da imaginação.

Jorge Leal Amado de Faria

(Itabuna, 10 de agosto de 1912 — Salvador, 6 de agosto de 2001) foi um dos mais famosos e traduzidos escritores brasileiros de todos os tempos. Amado foi superado, em número de vendas, apenas por Paulo Coelho mas, em seu estilo — o romance ficcional —, não há paralelo no Brasil. Em 1994 viu sua obra ser reconhecida com o Prêmio Camões, o Nobel da língua portuguesa. Ele é o autor mais adaptado da televisão brasileira, verdadeiros sucessos como *Tieta*, *Gabriela* e *Tereza Batista* são criações suas, além de *Dona Flor e Seus Dois Maridos*. Seus livros foram traduzidos em 55 países, em 49 idiomas, existindo também exemplares em braile e em fitas gravadas para cegos. Como Erico Verissimo e Rachel de Queiroz, é representante do modernismo regionalista (segunda geração do modernismo). Jorge Amado foi eleito para a Academia Brasileira de Letras em 6 de abril de 1961, ocupando a cadeira 23, cujo patrono é José de Alencar. De sua experiência acadêmica, bem como para retratar os casos dos imortais da ABL, escreveu *Farda*, *fardão*, *camisola de dormir*, numa alusão clara ao formalismo da entidade e à senilidade de seus membros.

Disponível em:
<http://pt.wikipedia.org/wiki/Jorge_Amado>.

Acesso em: 16 maio 2009.

A Casa das Sete Mulheres



Foi uma minissérie brasileira produzida pela Rede Globo e exibida entre 7 de janeiro e 8 de abril de 2003, às 23 horas, totalizando 52 capítulos. Foi escrita por Maria Adelaide

Amaral e Walter Negrão, com colaboração de Lúcio Manfredi e Vincent Villari, baseada no romance homônimo da escritora gaúcha Letícia Wierzchowski, e dirigida por Teresa Lampreia, com direção geral de Jayme Monjardim e Marcos Schechtmann, e direção de núcleo de Jayme Monjardim.

Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/A_Casa_das_Setemulheres>. Acesso em: 16 maio 2009.

Imagem disponível em: <http://3.bp.blogspot.com/_T7tDmB1QuK0/SK03MwhSK2I/AAAAAAAAHzA/ukmbXNm2PmM/s320/A+casa+das+Setemulheres.jpg>. Acesso em: 16 maio 2009.

Atualmente há historiadores que, inclusive, definem a História como a arte da imaginação, e se levarmos ao pé da letra este conceito, sem dúvida estaríamos saindo dos modelos mais rígidos de escrever a História.

É importante lembrar que a disciplina História é regida por um conjunto de regras; neste sentido, o uso da imaginação deve ser controlado, e a própria historiografia profissional o faz por meio de uma série de critérios. Podemos constatar que existem verdadeiros tabus para serem quebrados, que impedem a existência de influências da arte e da Literatura no discurso histórico.

Freqüentemente isso faz com que os historiadores analisem as relações entre História, Arte e Literatura sob diferentes posições que enfatizam as distinções entre fato e ficção, preocupação esta que reflete todo o processo de imaginação.

A imaginação é empregada com muito controle por parte dos historiadores, que geralmente preferem deter-se nas questões mais objetivas. Por outro lado, é importante pensar a imaginação histórica, e conseqüentemente estabelecer os limites dos acontecimentos especificamente históricos.

Este fato pode colocar o historiador em uma posição delicada, pois tem de aliar a objetividade dos acontecimentos com a sua imaginação.

Esses profissionais, contudo, não abrem mão de pensar que são importantes para a construção do discurso histórico a objetividade e a imaginação, uma vez que se baseiam em narrativas que revelam a coerência, a integridade, a plenitude e a inteireza e uma imagem da vida que é também um pouco da imaginação, portanto, utilizando meios subjetivos na construção da História.

Os historiadores alertam que a História nunca poderá ser totalmente separada da Literatura ou da Filosofia, ou de outras linguagens disciplinares, mas é importante observarmos que a História não é idêntica a esses outros discursos, ou seja, mantém sua própria identidade. Assim sendo, temos de observar que existem semelhanças e diferenças nas linguagens que definem as disciplinas, que podem se relacionar, desde que mantenham a especificidade que define cada área de conhecimento.

A crítica literária pode ser fundamental para o historiador analisar seus textos e problemas históricos, pois é muito rica e complexa, sendo capaz de auxiliar na criação de instrumentos de análise do próprio discurso histórico. O historiador tem certa dificuldade na hora de estabelecer instrumentos mais precisos de análise e crítica textual, dado que no mais das vezes quem faz a crítica dos textos históricos são profissionais de outras áreas.

Este fator é deveras limitador, pois seria fundamental que o próprio historiador tivesse condições de realizar esta crítica, uma vez que é o sujeito que tem o maior domínio do campo da História, o qual tem as suas especificidades. Desta forma, se for necessário aprender a fazer críticas, é a teoria literária que nos oferece importantes subsídios.

Na relevante obra escrita por Hayden White (1992), denominada *Meta-história (Metahistory)*, ele faz importantes relações entre Literatura e História, privilegiando os historiadores do século 19 e tentando explicar os códigos literários da historiografia clássica. O autor observou que todas as obras de História têm um profundo conteúdo estrutural, em geral poético e de natureza preponderantemente lingüística.

White (1992) destaca que a crítica literária mostra que a narrativa histórica só pode ser prefigurada num número restrito de estruturas. Dessa forma, podemos observar que a crítica literária produz os seus instrumentos de análise levando em consideração também este caráter poético do discurso histórico, destacando-se que sempre podemos constatar nos códigos literários que a História acaba seguindo o seu processo de escrita.

Ainda com base em White (1992), pode-se afirmar que os historiadores, não menos que os poetas, conquistaram um afeto explicativo ao incorporarem, em suas narrativas, padrões de significados semelhantes àqueles mais explicitamente oferecidos pelas artes literárias das culturas às quais pertencem. Nesta afirmação do autor é possível perceber que os historiadores, ao construírem os seus textos, se aproximam da Literatura na tentativa de buscar subsídios que os auxiliem na formulação de seus discursos. Sendo assim, a própria narrativa dos historiadores torna-se mais facilitada à leitura do grande público.

Outra grande preocupação da teoria literária é a discussão da relação texto/contexto, na qual esta verdadeira dicotomia aparece. LaCapra (apud Kramer, 1992) afirma que a maioria dos historiadores estabelece entre textos e contextos uma dicotomia hierárquica que enfatiza o caráter abstrato da maior parte dos textos e a realidade essencial dos contextos sociais. O mesmo autor observa ainda que os textos funcionam como documentos que revelam ou refletem um lugar.

É importante observar que esta relação texto/contexto é fundamental para o entendimento do sentido das obras históricas, pois aquilo que escrevemos não deve ficar isolado do contexto de pertencimento, ou seja, sempre há uma intrincada relação entre eles.

A relação entre Literatura e História ainda permanece como um problema a ser enfrentado pelos historiadores, pois consideram que o grande valor da Literatura moderna reside em sua predisposição a explorar o movimento da linguagem e do significado em todos os seus aspectos de experiência social, política e pessoal. Sendo assim, resta aos historiadores a procura dos significados dos textos históricos, na relação com outros escritos ou no confronto com as demais áreas do conhecimento. Esta questão do significado é muito complexa e exige que cada historiador estabeleça critérios para a leitura e entendimento de seus textos.

A busca constante de significados dos textos, por parte dos historiadores, os faz percorrer um caminho mais interdisciplinar. O entendimento de uma narrativa de algo que realmente aconteceu obscurece descrições parciais, excluindo outros tipos de informações importantes. Isso tudo nos leva a acreditar que a busca do conhecimento histórico pode se dar a partir de diferentes narrativas, algumas mais objetivas, outras mais subjetivas.

Por essa razão os historiadores têm recorrido cada vez mais a um conjunto bem significativo de fontes de pesquisa, numa tentativa de rastrear tudo o que realmente aconteceu, posto que é nesses fragmentos que ele vai encontrar significados para aquilo que procura.

As afirmações de White (1992) e LaCapra (apud Kramer, 1992) enfatizam que a Literatura e a teoria literária ajudam a ampliar a busca da realidade histórica, levando as fontes e formas submersas de pensamento, que em geral desafiam as hierarquias, às relações sociais e às categorias intelectuais que regem as sociedades modernas e a historiografia contemporâneas.

Neste contexto, a Literatura exerce papel fundamental na construção do conhecimento histórico, oferecendo-nos subsídios para pensarmos as distintas realidades históricas, mostrando-nos uma narrativa bem particular das coisas, situações e, principalmente, das representações de distintos grupos sociais, ou seja, como estes procuram construir suas identidades.

No texto *História & literatura: uma velha-nova história*, a historiadora Sandra Jatahy Pesavento (2006) discute com propriedade estas relações entre Literatura e História, enfatizando que na história cultural atualmente os historiadores encontram espaço privilegiado para essas discussões, e que a questão central realmente está nas representações.

A autora observa que História e Literatura correspondem a narrativas explicativas do real que se renovam no tempo e no espaço. Isso nos impõe um novo desafio, que é trabalhar com as narrativas, mas convém salientar que ainda existem diferenças entre a narrativa literária e a narrativa histórica, mas tanto a Literatura quanto a História têm o real como referente, e nisto está o seu ponto de aproximação. Tomando este ponto em comum, em que ambas constituem-se como narrativas, História e Literatura podem se apresentar como representações.

Naturalmente existe uma crítica bem declarada que estabelece a diferença entre Literatura e História. Os historiadores da história cultural foram os mais combatentes neste sentido de não confundir estas duas dimensões. Afirmam eles que tanto a Literatura quanto a História constituem-se em discursos privilegiados de acesso ao imaginário em diferentes épocas, revelando-se um campo de reflexão que congrega o conjunto de representações em uma determinada época.

Pesavento (2006) avança nesta questão ao afirmar que é estabelecido um jogo interdisciplinar no qual a História pergunta e a Literatura responde, mas a mesma autora observa que é preciso considerar que os discursos literários e históricos são formas diferentes de dizer o real. Podemos salientar que ambos são representações construídas sobre o mundo e traduzem sentidos e significados inscritos no tempo, sendo importante frisar que as narrativas históricas e literárias guardam com a realidade distintos níveis de aproximação. Nesta perspectiva, constata-se que existem elementos em comum em ambas as dimensões, mas cada uma delas ainda permanece com suas singularidades.

Os historiadores da história cultural observam que a Literatura pode ser fonte para a História, mas tem de levar em consideração a ficção presente no seu discurso. Essa questão da ficção aparece com muita ênfase ultimamente, principalmente dada pelos historiadores que defendem a História como imaginação, mas convém salientar que ainda existem regras para a sua escrita, pois consideramos que para escrevê-la ainda é preciso recorrer às fontes, e estas são os indícios de que algo realmente aconteceu em um determinado tempo e espaço.

Pesavento (2006), ao concluir as suas argumentações, explica que a Literatura é uma fonte privilegiada para o historiador, a qual lhe dá acesso ao imaginário, permitindo-lhe enxergar traços e pistas e visualizar imagens sensíveis do mundo, que outras fontes não lhe dariam. A mesma autora observa que o texto literário apresenta um suporte necessário para o olhar do historiador, orientando para outras fontes e de forma a enxergar o que não foi visto. Assim, pode-se afirmar que a Literatura amplia a visão do historiador, colocando a sua disposição novas possibilidades para a construção do discurso histórico.

SÍNTESE DA UNIDADE 1



Nesta Unidade você pôde perceber que a Literatura tem muito a ver com a própria História, pois os historiadores, cada vez mais, têm recorrido a ela para a construção do conhecimento histórico. É um diálogo muito proveitoso, em que ambos têm a ganhar. A Literatura também recorre à História para contextualizar as suas obras.

Os historiadores procuram estabelecer estas relações com a finalidade de transformar o discurso histórico em uma narrativa mais acessível para a leitura e naturalmente de mais fácil compreensão. Passou aquele tempo em que os textos de História somente eram entendidos por especialistas na área, Atualmente o discurso histórico é dedicado ao grande público – algo que já acontece na Europa e nos Estados Unidos – e não somente passíveis de entendimento por especialistas na área.

CRÔNICA E HISTÓRIA

OBJETIVO DESTA UNIDADE

- Compreender as aproximações entre crônica e História, uma vez que ambas trabalham com o tempo e balizam a construção do conhecimento histórico.

A SEÇÃO DESTA UNIDADE

Seção 2.1 – Características Comuns entre Crônica e História

Seção 2.1

Características Comuns entre Crônica e História

Crônica e História balizam a construção do conhecimento e também se dedicam aos estudos sobre o cotidiano. Este é um dos interesses mais recentes dos historiadores, principalmente o cotidiano das pessoas comuns, aquelas que geralmente não apareciam no discurso histórico. Se a crônica comumente trabalha com o tempo presente, e é fruto de seu próprio tempo, a História ocupa-se com temporalidades mais distantes, mas ambas têm muitas coisas em comum.

Outro grande interesse dos historiadores é trabalhar com as crônicas como testemunho histórico, pois ela apresenta certa aproximação com a História, posto que também trabalha com o tempo, mas de forma imediata, com o cotidiano, o que acontece mais próximo de nossa vivência.

Os grandes cronistas como Machado de Assis (1973) escreveram sobre o cotidiano, tema este de grande interesse da nova historiografia. Os historiadores estão cada vez mais interessados nas crônicas para tentar recompor tipos e personagens do imaginário popular, assim como as crônicas sobre a cidade, objeto este trabalhado com muita ênfase pelos historiadores.

As crônicas, muitas delas publicadas em jornais, têm intensa circulação entre o público, dessa forma torna-se logo populares, pois são relatos do cotidiano das pessoas comuns, retratam a sua vivência, os seus problemas, seus sonhos e expectativas. Os historiadores utilizam as crônicas para tentar recompor o cotidiano, os detalhes que muitas vezes não são encontrados na documentação mais formal, sendo um novo diálogo possível de ser feito a partir do emprego de novas fontes para a construção do conhecimento histórico.

Os historiadores estão cada vez mais interessados em ampliar a noção de fontes históricas, buscando nelas a possibilidade de trabalhar com aqueles grupos sociais muitas vezes excluídos da documentação oficial. Estas novas fontes permitem ir muito além da mera ilustração das questões sociais, e representam a possibilidade de construção de novos olhares sobre a História, despertando no historiador o interesse em trabalhar com esses atores sociais considerados excluídos ou mesmo marginalizados. As crônicas relatam a vida desses personagens considerados excluídos, mas que são pessoas comuns que convivem em contextos sociais diversificados.



As crônicas têm um certo parentesco com a História, pois ambas trabalham com o tempo. Os historiadores geralmente trabalham com o tempo mais passado, mas também com o presente, na recente tendência de História do tempo presente.

Os cronistas trabalham com acontecimentos do tempo presente. As crônicas geralmente são textos que tematizam o tempo, e esta é a característica que mais os aproxima dos historiadores. Podemos perceber que a crônica em linhas gerais pode ser utilizada para o detalhamento de algumas questões propostas pelos historiadores, na sua arte de escrever a História.

É importante, contudo, prestar atenção para a questão das diferenças: as crônicas são mais espontâneas pelo fato de serem mais uma forma de relato; já a História necessita sempre de uma pesquisa bem detalhada para ser construída. Ambas, porém, participam, de alguma forma, da construção da memória, que é a matéria prima para a construção da História.

A História mantém peculiaridades para a sua escrita, depende de um trabalho de pesquisa bem aprofundado da teoria e dos métodos empregados para a análise de suas fontes documentais e ainda recorre à narrativa para a sua construção (sua escrita), pois geralmente sua elaboração é mais “pesada”.

¹ Disponível em: <http://www.geminaliteratura.com.br/imagens/cronica_tit.jpg>. Acesso em: 16 maio 2009.

A nova historiografia vem aos poucos tentando mudar a escrita da História, tornando-a mais acessível ao grande público, ou seja, seguindo uma narrativa mais leve e de fácil compreensão. Por seu lado, a crônica tem uma escrita bem mais acessível ao público, sua compreensão é mais fácil, os textos são bem mais fragmentários do que os textos de História, e em sua composição junta-se uma série de questões ou pequenos fragmentos. As crônicas formam um conjunto heterogêneo, pois é tratado um emaranhado de questões e sua forma de divulgação e circulação geralmente são os jornais, e não os livros, como o material produzido por historiadores.

Cronistas e historiadores trabalham com o tempo vivido, o acontecido, porém os pioneiros preferem o tempo presente, construindo os seus textos com todos os detalhes possíveis que fazem deste tempo um lugar de acontecimento, trabalhando com as questões mais cotidianas, os fatos mais comuns e muitas vezes específicos. Por sua vez, os historiadores dedicam-se mais às grandes temporalidades, embora atualmente com outros desdobramentos, como no caso da micro-história, tendência esta que exige trabalhar com objetos mais recortados, tanto no espaço quanto no tempo. O que quero salientar é que a crônica geralmente se dedica às coisas mais miúdas, a pequenos acontecimentos.



2

Foi **Machado de Assis** quem melhor definiu os cronistas, pois defendia a idéia de que podem ser considerados como historiadores das coisas miúdas ou talvez o historiador da quinzena, que trabalha com elementos da própria curiosidade.

Dessa forma, podemos perceber esta relação bem estreita entre a crônica e a História, pois os cronistas produzem um tipo de texto bem detalhado, com as coisas miúdas, e o historiador produz um texto mais complexo, com dados mais consistentes obtidos a partir de seu trabalho de pesquisa.

Joaquim Maria Machado de Assis

(Rio de Janeiro, 21 de junho de 1839 – Rio de Janeiro, 29 de setembro de 1908) foi um poeta, romancista, dramaturgo, contista, jornalista e teatrólogo brasileiro, considerado o maior nome da literatura brasileira, de forma majoritária entre os estudiosos da área. Sua extensa obra constitui-se de nove romances e nove peças teatrais, 200 contos, cinco coletâneas de poemas e sonetos e mais de 600 crônicas. Machado assumiu cargos públicos ao longo de toda sua vida, passando pelo Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas, Ministério do Comércio e pelo Ministério das Obras Públicas. A obra ficcional de Machado de Assis tendia para o Romantismo em sua primeira fase, mas converteu-se em Realismo na segunda, na qual sua vocação literária obteve a oportunidade de realizar a primeira narrativa fantástica e o primeiro romance realista brasileiro em *Memórias Póstumas de Brás Cubas* (sua *magnum opus*). Ainda na segunda fase, Machado produziu obras que mais tarde o colocariam como especialista na Literatura em primeira pessoa (como em *Dom Casmurro*, em que o narrador da obra também é seu protagonista). Como jornalista, além de repórter, utilizava os periódicos para a publicação de crônicas, nas quais demonstrava sua visão social, comentando e criticando os costumes da sociedade da época, como também antevendo as mutações tecnológicas que aconteceriam no 20, tornando-se uma das personalidades que mais popularizou o gênero no país. Era o maior nome vivo da Literatura no Brasil, quando um grupo de jovens, capitaneados por Lúcio de Mendonça, resolve finalmente pôr em prática a idéia da fundação da Academia Brasileira de Letras, nos moldes da Academia francesa. Machado foi seu primeiro presidente.

Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Machado_de_Assis>. Acesso em: 16 maio 2009.

² Disponível em: <<http://contosdocovil.files.wordpress.com/2008/05/machassis.jpg>>. Acesso em: 16 maio 2009.

Escola dos Annales

A chamada *Escola dos Annales* constitui-se num movimento historiográfico. Recebe essa designação por ter surgido em torno do periódico acadêmico francês *Revue des Annales*, tendo se destacado por incorporar métodos das Ciências Sociais à História. Em geral, divide-se a trajetória da Escola em quatro fases: primeira geração – liderada por Marc Bloch e Lucien Febvre –; segunda geração – dirigida por Fernand Braudel –; terceira geração – vários pesquisadores tornaram-se diretores –; e quarta geração – a partir de 1989.

Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Escola_dos_Anais>. Acesso em: 16 maio 2009.

O cronista é o historiador do cotidiano, trabalha com os pequenos detalhes da vida da sociedade. O historiador se aproxima deste porque trabalha com o tempo, podendo até ser grandes temporalidades, mas ambos se utilizam do tempo para a construção de seus textos.

O historiador que se utiliza da crônica como fonte de pesquisa encontra uma possibilidade ímpar de entender os desdobramentos do tempo, pois a partir da **Escola dos Annales** os historiadores se habituaram a trabalhar com esta dinâmica, como a curta duração dos acontecimentos, da mesma forma que a crônica trabalha nesta perspectiva de curta duração, do momento, do acontecido.

É necessário estabelecer este diálogo com as diversas dimensões do tempo para entender a complexidade da sociedade, pois nem tudo está associado a uma longa temporalidade. A crônica possibilita este diálogo com as questões menores, com uma temporalidade mais recortada, além, é claro, de discutir problemas vigentes na própria sociedade que é descrita por ela.

Podemos perceber nos cronistas das várias temporalidades a discussão de questões importantes que estavam ocorrendo nas sociedades no momento em que escreviam suas crônicas. É possível perceber temas que abordam desde a questão da identidade nacional até as diferentes concepções da cultura, dando-nos um panorama bem diversificado dos problemas que aconteciam e eram de interesse dos cronistas. Para nós historiadores isso é fundamental, pois temos uma possibilidade de entendimento da própria sociedade à qual pertenciam as diferentes gerações de cronistas e sua preocupação de relatar o tempo em que viviam.

Os cronistas relatam muito bem a História do tempo presente, os acontecimentos da cidade, os rumores políticos, as personalidades, sejam elas famosas ou simples atores sociais, enfim, os seus textos servem como mais uma possibilidade de entendimento das ramificações do mundo social.

Os historiadores, atualmente, têm se voltado para as questões cotidianas, para os pequenos acontecimentos, trabalham com atores sociais sem importância, ou seja, com pessoas comuns, deixando de lado os grandes personagens e, desta forma, trazendo uma nova perspectiva para o horizonte da historiografia.

É justamente nas crônicas que os historiadores podem encontrar detalhes significativos para compor o cotidiano, pois os cronistas sempre estiveram atentos à descrição de elementos que compõem a vida de seus personagens. As cidades aparecem descritas com suas tramas e **tessituras**, sendo possível identificar as características dos bairros, das ruas, dos lugares públicos, mas também as questões subjetivas, como as sensibilidades, os sentimentos, as paixões do momento, detalhes que revelam o lado humano nos textos.

Todos estes detalhes, objetivos e subjetivos, auxiliam o historiador a construir um conhecimento que mostre o lado humano da História e a presença do homem em todos os lugares, desta forma demonstrando que o espaço é construído socialmente.

Os historiadores também discutem as aproximações entre a crônica e História, na tentativa de estabelecer algum parentesco. Realmente ambas têm algumas coisas em comum, pois essencialmente trabalham com a memória e participam da formação de identidades, tanto individuais quanto coletivas. Isso equivale a dizer que ambas participam ativamente do processo de construção do conhecimento, cada uma contribuindo a seu modo, sendo a crônica mais leve e a História um tanto quanto mais metódica. A perspectiva de construção de identidades, contudo, é fundamental para pensar a historiografia no mundo contemporâneo, o qual pode ser visto a partir das múltiplas identidades dos diferentes atores sociais.

Outro ponto em comum entre a crônica e a História é a questão da memória, pois ambas são também consideradas como memória, no sentido que Pierre Nora (1993) estabelece de lugares de memória. É possível perceber que tanto os cronistas quanto os historiadores são atores sociais que trabalham com a memória coletiva, ou seja, com a memória dos grupos sociais.

O cronista pode ser definido com um ator social que representa grupos sociais, portanto como sujeito de memória. O historiador, por excelência, sempre trabalhou com a memória coletiva, com os testemunhos, indícios da memória dos grupos sociais que viveram ou vivem em uma determinada sociedade. Os escritos dos historiadores constituem-se numa forma de historiografia fundamental para a preservação da memória coletiva.

Tessitura

Significa organização, contexto no qual se considera algo. A tessitura de um objeto, de um fato social ou de uma situação que está sendo considerada é o conjunto das forças que se fazem presentes e, de uma forma ou de outra, intervêm no processo de sua estruturação ou modificação.

Disponível em:

<http://cursos.ead.pucrs.br/teleformar/2003/blocos/bloco_1/hipertexto-motivacional/GLOSS%C1RIO.html>.

Acesso em: 16 maio 2009.

A crônica e a História participam como elementos constituintes da memória, cada uma delas em sua forma específica, a primeira com maior circulação e a segunda um pouco mais restrita. O que é importante salientar é que, resguardadas as suas peculiaridades, cada uma delas tem uma certa fidelidade às questões acontecidas. Isso significa que ambas mantêm um certo compromisso de reconstruir os acontecimentos, desta forma contribuindo para a construção da memória coletiva, destacando-se que esta significa sempre a memória dos grupos sociais.

A relação da crônica com a História mostra-se bem próxima, pois a crônica se interessa pelos acontecimentos cotidianos, trazendo a vivência dos atores sociais em seus cenários. O historiador pode buscar na crônica alguns indícios que podem lhe revelar o tempo vivido, constituindo assim uma busca de interpretações sobre as distintas temporalidades permeadas pelos seus personagens e acontecimentos. Nesta perspectiva, podemos afirmar que entre a crônica e a História não existem apenas as diferenças, mas sobretudo há relações.

A leitura de crônicas pode nos levar ao entendimento de questões bem representativas do cotidiano das pessoas que convivem em nossa sociedade, bem como ao entendimento dos cenários onde os fatos realmente acontecem. É um exercício para o historiador se aventurar em outros tipos de leituras, permitindo o entendimento da própria História, uma vez que pode encontrar na crônica e na literatura o discurso histórico de uma forma mais leve e de fácil entendimento.

SÍNTESE DA UNIDADE 2



Nesta Unidade você estudou as aproximações entre a crônica e História, sendo possível perceber que ambas mantêm um certo parentesco, pois tomam com ponto inicial o estudo sobre o tempo. É possível, contudo, estabelecer também as diferenças; a História dedica-se aos tempos mais longos e a crônica ao tempo mais próximo, ou seja, mais cotidiano.

REPRESENTAÇÃO E HISTÓRIA

OBJETIVO DESTA UNIDADE

- Compreender o que são representações dentro do discurso histórico.

A SEÇÃO DESTA UNIDADE

Seção 3.1 – O Discurso Histórico e a Representação

Seção 3.1

O Discurso Histórico e a Representação

Atualmente na historiografia as noções sobre representação são fundamentais para o entendimento da História. Alguns historiadores, inclusive, chegam a afirmar que o discurso histórico é a própria representação. Vamos, porém, nos basear em uma perspectiva moderna que considera que o discurso histórico é uma articulação entre práticas e representações.

Para entender as representações é fundamental recorrermos à própria história cultural, que se constitui em um campo de pesquisas que trabalha diretamente com elas. A história cultural provém dos estudos da história social e conquista uma série de adeptos na Europa, Estados Unidos e no Brasil.

No Brasil temos um grupo de trabalho em história cultural que foi organizado pela professora Sandra Jatahy Pesavento. Este GT História Cultural reúne pesquisadores interessados nas discussões sobre os usos da cultura e das representações para a construção do conhecimento histórico. Constitui-se em um grupo bem organizado que se reúne em simpósios a cada dois anos, promovendo palestras, discussões e apresentações de trabalhos, contando também com algumas publicações na área.

Podemos perceber que no Brasil a história cultural encontrou um número bem expressivo de adeptos, e nos simpósios promovidos pelo GT História Cultural são convidados pesquisadores, inclusive do exterior, para exporem os seus trabalhos de pesquisa.

Renascimento ou Renascença

São os termos usados para identificar o período da História da Europa aproximadamente entre fins do século 13 e meados do século 17, quando diversas transformações em uma multiplicidade de áreas da vida humana assinalam o final da Idade Média e o início da Idade Moderna.

Apesar destas transformações serem bem evidentes na cultura, sociedade, economia, política e religião, caracterizando a transição do feudalismo para o capitalismo e significando uma ruptura com as estruturas medievais, o termo é mais comumente empregado para descrever seus efeitos nas artes, na Filosofia e nas ciências. Chamou-se

“Renascimento” em virtude da redescoberta e revalorização das referências culturais da

Antiguidade clássica, que nortearam as mudanças deste período em direção a um ideal humanista e naturalista. O

Renascimento cultural manifestou-se primeiro na região italiana da Toscana, tendo como principais centros as cidades de Florença e Siena, de onde se difundiu para o resto da Itália e depois para praticamente todos os países da Europa Ocidental. A Itália permaneceu sempre como o local onde o movimento apresentou maior expressão,

porém manifestações renascentistas de grande importância também ocorreram na Inglaterra, Alemanha, Países Baixos e, menos intensamente, em Portugal e Espanha, e em suas colônias americanas.

Disponível em:

<<http://pt.wikipedia.org/wiki/Renascimento>>.

Acesso em: 16 maio 2009.



1 A história cultural discute todas as manifestações da cultura, e isso é fundamental para a superação das antigas concepções de que a cultura mais importante era a erudita ou clássica. Antigamente os historiadores trabalhavam apenas com a cultura erudita, com os grandes clássicos e grandes artistas e obras arquitetônicas. Atualmente estão mais interessados em discussões sobre a cultura popular, sobre os modos de vidas das pessoas mais simples, sem deixar, contudo, de trabalhar com os clássicos, mas estes devem conviver também com as manifestações populares.

Isso significou uma reviravolta na História, pois os personagens populares vieram à tona e as expressões de sua cultura também, de certa forma chocando os historiadores mais tradicionais, que preferem trabalhar com os grandes clássicos, pois os populares nunca tiveram expressão na História.

Os estudos sobre história cultural começam a ganhar força na Europa, diferenciando-se dos estudos da cultura, que trabalhavam preferencialmente com os clássicos, como o **Renascimento**, que foi um dos grandes objetos de estudo da cultura.

Foi uma grande mudança a ocorrida da *história da cultura* para a *história cultural*, pois esta última tendência começou a ganhar expressão na Europa a partir da década de 60 do século 20, ganhando mais destaque no Brasil a partir da década de 90. Isso significou um salto qualitativo para a historiografia brasileira, pois começaram a ser incorporados nos estudos históricos aqueles personagens e grupos sociais que não apareciam aos olhos dos historiadores mais tradicionais. Assim, a história cultural no Brasil é fundamental para o entendimento de uma complexa gama de discursos e questões que pertencem aos atores sociais considerados populares.

¹ Disponível em: <<http://www.portalsaofrancisco.com.br/alfa/arvores/imagens/arvores-pau-brasil5.jpg>>. Acesso em: 16 maio 2009.

Os historiadores que trabalham com história cultural geralmente consideram a questão da representação o ponto inicial para a construção de seus discursos. O historiador Roger Chartier é responsável por esta tendência, posto que em suas obras ele sempre trabalha com as representações. As reflexões de Chartier (1990) são fundamentais para o entendimento das representações como parte integrante do discurso histórico.

O referido autor inclusive escreveu um texto com o sugestivo título *O mundo como representação* (1991), que já se tornou um clássico para os pesquisadores que trabalham com história cultural e representações. Também publicou um livro chamado *História cultural: entre práticas e representações* (1990), em que o autor faz uma reflexão consistente sobre as questões relacionadas à cultura e às representações. A seguir destacaremos algumas destas considerações do autor que vão nos auxiliar a entender os textos históricos.

Nas observações de Chartier podemos constatar que a história cultural é uma das tendências da História que tem como principal objetivo identificar o modo como, em diferentes lugares e momentos, uma determinada realidade é construída, pensada e dada a ler. Uma tarefa deste tipo supõe vários caminhos. O primeiro diz respeito às classificações, divisões e delimitações que organizam a apreensão do mundo social como categorias fundamentais de percepção e de apreciação do real (Chartier, 1990, p. 16-17). O autor descreve as formas de apreender a realidade a partir de uma determinada visão da história cultural, a qual sempre se remete ao real como uma forma de construção do próprio referente.

Chartier (1990) segue as suas observações lembrando a importância das representações para a história cultural. Salienta que as representações sempre aspiram à universalidade, mas são sempre determinadas pelos grupos que as forjam, ou seja, depende do poder do grupo para impor a representação: quanto mais poder tiver o grupo social, mais poder ele tem para impor a representação, sendo sempre um jogo de forças. Cabe aos grupos que não têm poder aceitar as representações dos grupos dominantes. É evidente que os grupos que não têm poder também possuem as suas representações, mas estas não aspiram a uma universalidade, são mais restritas ao grupo que as criou.

Entender as representações também perpassa por estas lutas de poder, pois é possível perceber que os grupos dominantes sempre tentam impor suas representações aos grupos dominados. Chartier observa que as representações são colocadas num campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação. Isso revela claramente que o lugar que o grupo ocupa na sociedade determina o seu papel social.

O autor continua as suas observações comentando que as lutas de representações têm tanta importância quanto as lutas econômicas, e isso nos leva a compreender que os mecanismos pelos quais um grupo impõe ou tenta impor sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio sobre os demais grupos em uma mesma sociedade, sempre e necessariamente refletem o seu poder.

As representações também são subjetivas, mostrando os distintos interesses de grupos sociais que as formulam e tentam torná-las legítimas para os demais grupos. Isso nos faz pensar que existem esquemas geradores de classificações para cada grupo social, no intuito de criar lugares específicos para cada um deles dentro de uma mesma sociedade.

Isso funciona como verdadeiras instituições sociais que estabelecem os valores que cada grupo tem de seguir, fazendo surgir as representações coletivas, as quais demarcam a própria organização da sociedade. Nesse sentido, as representações servem como matrizes de discursos e práticas diferenciadas, pois elas somente têm poder quando comandam atos, que é quando a representação coletiva exhibe todo o seu poder de comando.

Em seu texto *O mundo como representação* Chartier (1991) descreve com maiores detalhes esta questão da contradição dos grupos que criam as representações, observando que:

Este retorno a Marcel Mauss e Emile Durkheim à noção de representação coletiva autoriza a articular, sem dúvida melhor que o conceito de mentalidade, três modalidades de relação com o mundo social: de início, o trabalho de classificação e de recorte que produz configurações intelectuais múltiplas pelas quais a realidade é contraditoriamente construída pelos diferentes grupos que compõem uma sociedade; em seguida, as práticas que visam a fazer reconhecer uma identidade social, a exibir uma maneira própria de ser no mundo, a significar simbolicamente um estatuto e uma posição; enfim, as formas institucionalizadas e objetivadas em virtude das quais "representantes" (instâncias coletivas ou indivíduos singulares) marcam de modo visível e perpétuo a existência do grupo, da comunidade ou da classe (p.183).

Podemos afirmar que realmente as representações marcam o lugar dos grupos ou dos indivíduos em uma determinada sociedade, as representações os classificam em seus lugares de poder.

Chartier (1991) segue as suas observações lembrando que a história cultural sempre deve tomar como objeto a compreensão das formas e dos motivos, ou, em outras palavras, das representações do mundo social. Neste sentido é importante destacar que as representações nos dão uma idéia do mundo ou de como gostaríamos que ele fosse, entendendo dessa forma a complexidade das sociedades.

Segundo o autor, as representações também podem ser simbólicas, ou seja, sua expressão pode se dar por símbolos, nos informando sobre as diferentes modalidades de compreensão do real. É muito comum pensar a representação como um símbolo, pois os nossos diferentes meios de comunicação sempre recorrem a eles para expor os seus produtos e idéias. Exemplificamos com o próprio cristianismo, que utiliza a figura de um crucifixo para expressar a sua representação, e assim por diante. Por exemplo, qualquer time de futebol tem o seu símbolo para se identificar.

O conceito de representação elaborado por Roger Chartier (1990) é tomado como referência pelo antigo dicionário Furetière, o qual oferece duas definições, seguidas por vários autores que trabalham com história cultural. São elas:

- 1ª – a representação como dando a ver uma coisa ausente, o que supõe uma distinção radical entre aquilo que representa e aquilo que é representado;
- 2ª – a representação como exibição de uma presença, como apresentação pública de algo ou alguém.

Podemos observar que no primeiro caso a representação é instrumento de um conhecimento mediato que faz ver um objeto ausente por meio de sua substituição por uma imagem capaz de o reconstituir na memória e de o figurar tal como ele é (Chartier, 1990, p. 20).

Geralmente, no domínio da história cultural, esta primeira definição é a mais utilizada, ou seja, dando a ver uma coisa ausente, sendo ela representada por um conjunto de idéias ou por um conjunto de imagens, todas elas empregadas como objeto de conhecimento, para o entendimento das posições dos diferentes grupos sociais que compõem uma determinada sociedade.

As representações simbólicas ocupam um importante lugar no processo de produção do conhecimento. Elas são utilizadas com muita frequência, inclusive nos meios de comunicação de massa, pois é de muito fácil circulação e entendimento de suas mensagens. A própria idéia de representação como o relacionamento de uma imagem presente com um objeto ausente nos faz lembrar de toda a teoria dos signos, dentre eles em especial o símbolo, o mais utilizado para as representações. Por isso é freqüente afirmar que existem várias representações que são simbólicas.

Para melhor entender o signo é importante explicar que ele sempre representa alguma coisa, colocando-se no lugar da coisa, nos dando uma idéia do que poderia ser. Lembremos dos símbolos de trânsito: eles são imagens que querem nos dizer alguma coisa, mas é necessário um determinado conhecimento para saber exatamente o que eles querem transmitir, ou seja, os seus significados.

Todos os signos têm os seus significados, e estes são construções culturais, pois alguns muito conhecidos nossos são estranhos para outras culturas, ou seja, para sua compreensão é preciso uma construção de significados. Isso nos faz lembrar que existem diversos significados para as representações, mas os grupos que têm o poder de se impor criam os significados mais adequados para manter a sua hegemonia nas sociedades.

Esse poder pode ser também simbólico, ou seja, criam estes símbolos do poder para tentar se impor perante os demais grupos sociais. Temos de entender que existe o fator imaginação e, sendo assim, este poder pode se manter por um conjunto de símbolos que os

faz representar na sociedade. Assim, podemos observar que no antigo regime a própria vestimenta dos reis já era símbolo do poder. No mundo contemporâneo a publicidade tenta resgatar estes símbolos do poder, agora de outra forma, argumentando que os produtos oferecidos na sociedade de consumo podem representar o poder, a realização e até mesmo a felicidade. É ainda o antigo ideal da representação, de que a aparência vale pelo real.

Chartier (1990) comenta com muita propriedade que no antigo regime as representações também eram fundamentais para dar a idéia de poder, e observa que os magistrados utilizam todo um conjunto de signos para tentar garantir a sua legitimidade. Nas palavras do próprio autor:

Os nossos magistrados têm conhecido bem esse mistério. As suas vestes vermelhas, os seus arminhos, que os envolvem em mantos felinos, os palácios onde exercem a justiça, as flores de lis, todo esse augusto aparelho é muito necessário; e se os médicos não tivessem sotainas e mulas e os doutores não tivessem barretes quadrados e becas demasiado largas de quatro panos, nunca teriam enganado o mundo, que não consegue resistir a essa montra tão autêntica. Se aqueles últimos detivessem a verdadeira justiça e os médicos possuíssem a verdadeira arte de curar, não teriam necessidade de barretes quadrados; a majestade dessas ciências seria por si própria suficientemente venerável [...] (Chartier, 1990, p. 21-22).

A citação é suficiente para entender um pouco esse processo de representação simbólica, pois percebe-se que existe um conjunto de símbolos que reforçam exatamente essa questão do poder. A representação simbólica sempre reforça a intenção de perpetuação do poder. O importante é também saber que estes símbolos não são escolhidos de forma aleatória, eles têm de se expressar mediante significados que possam garantir a sua legitimidade.

O conjunto das representações simbólicas nos dão a idéia que existe um verdadeiro imaginário, no qual estas representações se apresentam com os seus significados. Em todas as sociedades existe um conjunto de representações. Podem ocorrer, inclusive, em uma sociedade tribal, que vive no meio da floresta e tem os seus rituais e pinturas que também são representações, ou seja, para tudo existe seus significados. Nas sociedades mais complexas é possível constatar que convivemos com um conjunto bem significativo de representações.

Esse significativo conjunto de representações nos faz lembrar que existem as verdadeiras lutas de representações. Num sentido mais restrito, os grupos que têm mais poder tentam, a todo o momento, impor suas representações, como se estas fossem mais importantes que as dos outros grupos. Objetivamente, cada grupo tenta, de todas as formas, impor a sua "identidade", palavra-chave nestas lutas de representações.

Nesse sentido, podemos observar que existem práticas que visam a fazer reconhecer uma identidade social, uma tentativa de exibição da maneira própria de estar no mundo. Isso tudo nos faz lembrar que a busca pela identidade é uma forma de marcar espaço em uma determinada sociedade, e as representações podem servir como instrumentos para os grupos conquistarem a sua legitimidade e garantirem a credibilidade de sua identidade.

A questão da identidade está marcada em vários tipos de representações. Chartier (1991), por exemplo, observa que:

Uma dupla via abre-se assim: uma pessoa que pensa a construção das identidades sociais como resultante sempre de uma relação de força entre as representações impostas pelos que detêm o poder de classificar e de nomear e a definição, de aceitação ou de resistência, que cada comunidade produz de si mesma; outra que considera o recorte social objetivado como a tradução do crédito conferido à representação que cada grupo dá de si mesmo, logo a sua capacidade de fazer reconhecer sua existência a partir de uma demonstração de unidade. Ao trabalhar sobre as lutas de representação, cuja a questão é o ordenamento, portanto a hierarquização da própria estrutura social, a história cultural separa-se sem dúvida de uma dependência demasiadamente estrita de uma história social dedicada exclusivamente ao estudo das lutas econômicas, porém opera um retorno hábil também sobre o social, pois centra a atenção sobre as estratégias simbólicas que determinam posições e relações e que constroem, para cada classe, grupo ou meio, um ser percebido constitutivo de sua identidade (p. 183-184).

As representações estão expressas nos textos, por isso é importante conseguirmos identificá-las, pois elas também dão uma idéia de realidade. Alguns autores trabalham especificamente com as representações, inclusive alguns historiadores defendem a idéia de que a história seria uma representação. Convém lembrar, no entanto, que esta é a posição de apenas alguns historiadores, ou seja, nem todos concordam com esta idéia.

Os historiadores que trabalham com imagens também recorrem freqüentemente às representações, pois estas podem ter vários significados, e buscam então as teorias que trabalham com os signos. O que quero ressaltar é exatamente este lugar da representação no discurso histórico, ou seja, não podemos mais negar as representações, haja vista que elas figuram com muita evidência na própria História.

As representações expressas nos textos são provenientes do próprio mundo social; elas são impostas ou aceitas pelos diferentes grupos e cabe a nós percebermos como essas representações evidenciam o próprio real. Pensar a representação no discurso histórico também exige refletir sobre as apropriações, ou seja, como são apropriadas estas representações.

Chartier (1990) observa que a apropriação deve ser colocada no centro de uma abordagem da história cultural. As apropriações têm por objetivo uma história social das interpretações, remetidas para as suas determinações, que são sociais, institucionais e culturais. Convém destacar que as representações, as práticas e as apropriações sempre andam juntas no discurso histórico.

A análise da representação é fundamental para sua utilização na História, mais especificamente no trabalho de produção do conhecimento, pois existe um trabalho de classificação das representações, segundo o qual algumas têm mais poder de convencimento do que outras, dependendo dos grupos que as forjam. É realmente no mundo social que estas

representações adquirem plenamente o seu significado, mostrando-se isso tudo um importante objeto para a história cultural. Essa história deve, necessariamente, ser entendida como o estudo dos processos com os quais se constrói um sentido. Esse estudo é fundamental no discurso histórico, que a todo o momento procura o sentido das representações e práticas.

As representações também visam a estabelecer os ordenamentos, as afirmações das distâncias e as divisões do mundo social, desse modo, reconhecendo as práticas de apropriação cultural como formas diferenciadas de interpretação. Nesse sentido, é importante observar que as representações, as práticas e as apropriações são elementos fundamentais para a construção do discurso histórico, e os historiadores não podem passar despercebidos destes conceitos.

SÍNTESE DA UNIDADE 3



Nesta Unidade você pôde perceber que os estudos das representações, das práticas e das apropriações são fundamentais para o entendimento da própria História, pois os textos que lemos são marcados por todas elas. Elas conseguem nos dar uma idéia do mundo social, das suas formas de organização e classificações que os grupos sociais elaboram ao longo de suas trajetórias.

É necessário lembrar, porém, que existem as lutas de representações, ou seja, quanto mais poder tiver o grupo, mais força terá para impor as suas representações aos demais grupos em uma determinada sociedade.

Unidade 4



LEITURA E INTERPRETAÇÃO DA OBRA

OBJETIVO DESTA UNIDADE

- Aprender, de forma prática, a análise de uma obra considerada clássica para a historiografia.

A SEÇÃO DESTA UNIDADE

Seção 4.1 – Atividade Prática

Seção 4.1

Atividade Prática

Nesta Unidade você vai escolher uma obra para leitura e interpretação. As obras indicadas a seguir são trabalhos de historiadores, de cronistas e da própria Literatura. O universo de abordagem é o Brasil visto por diversos escritores, que nos propiciam uma visão da História, da cultura, da Literatura e da crônica. São todos escritos com o olhar específico de cada autor.



As obras selecionadas conseguem retratar o Brasil e seus personagens desde a chegada dos portugueses, o que nos oferece um panorama completo da História e da cultura.

Estas obras são importantes para que nós, historiadores, possamos relacionar este panorama bem

¹ Disponível em: <http://4.bp.blogspot.com/_zJD6dXBTuBo/SXdKHuEci7I/AAAAAAAAAwM/XLY_IibUodE/s400/500anostecnologia.jpg>. Acesso em: 16 maio 2009.

diversificado com o contexto histórico que já estamos trabalhando em outros componentes, pois como já observei no início deste livro-texto, a leitura é fundamental para a construção do nosso conhecimento histórico.

Para vocês, futuros historiadores, é imprescindível conhecer a nossa historiografia e suas relações com a Literatura, com a crônica e com o mundo das representações, pois estas relações são fundamentais para o domínio do discurso histórico. É necessário exercitar a prática da leitura, porque somente assim nos habituaremos a trabalhar com diferentes textos, os quais são fundamentais para a nossa formação como historiadores.

Seleção de obras

1. ANCHIETA, José. *Cartas e informações, fragmentos históricos e sermões*. São Paulo: Edusp, 1998.
2. ANDRADE, Manoel Correia de. *A trajetória do Brasil: 1500 a 2000*. São Paulo: Contexto, 2000.
3. BINZER, Ina Von. *Os meus romanos: alegrias e tristezas de uma educadora alemã no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 1980.
4. CASTRO, Silvio (Org.). *A carta de Pero Vaz de Caminha: o descobrimento do Brasil*. Porto Alegre: L & PM, 1996.
5. CAMINHA, Pero Vaz de. *Carta ao rei Dom Manuel*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1999.
6. FONTANA, Ricardo. *O Brasil de Américo Vespúcio*. Brasília: UNB, 1994.
7. GINZBURG, Carlo. *Olhos de madeira: nove reflexões sobre a distância*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
8. LÉRY, Jean de. *Viagem à terra do Brasil*. São Paulo: Edusp, 1972.
9. MARTIN, E. San. *Viagem do pirata Richard Hankins: 1590-1594*. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2001.
10. NÓBREGA, Manuel da. *Cartas do Brasil: 1549-1560*. São Paulo: Edusp, 1998.
11. PEREIRA, Paulo Roberto (Org.). *Os três únicos testemunhos do descobrimento do Brasil*. Rio de Janeiro: Lacerda, 1999.
12. PRIORE, Mary Del; NEVES, Maria de Fátima; ALAMBERT, Francisco (Org.). *Documentos de História do Brasil de Cabral aos anos 90*. São Paulo: Scipione, 1997.

13. SALVADOR, Frei Vicente do. *História do Brasil: 1500-1627*. São Paulo: Edusp, 1982.
14. SOUZA, Laura de Mello (Org.). *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América Portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. Vol. 1.
15. SUSSEKIND, Flora. *O Brasil não é longe daqui: o narrador, a viagem*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
16. STADEN, Hans. *Duas viagens ao Brasil*. São Paulo: Edusp, 1974.
17. THÉVET, André. *As singularidades da França Antártica*. São Paulo: Edusp, 1978.
18. VACA, Álvaro. Diário do Descobrimento das Índias. In: BUENO, Eduardo. *O descobrimento das Índias*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1998.
19. RAMINELLI, Ronald. *Imagens da colonização: a representação do índio de Caminha a Vieira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.
20. VAINFAS, Ronaldo. *Trópico dos pecados: moral, sexualidade e inquisição no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.
21. VAINFAS, Ronaldo. *A heresia dos índios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

A partir da seleção de uma das obras sugeridas, você deve realizar uma leitura bem detalhada e sua posterior interpretação. Observe que na leitura você deve identificar as principais representações que a obra comporta (algumas obras são de Literatura, outras são de crônicas, outras de História).

Fique atento à seqüência da obra, ou seja, o que o autor aborda em cada um dos capítulos, pois esse detalhe é importante para uma visão do conjunto. Toda obra tem uma seqüência bem lógica, os capítulos constituem-se em partes que de alguma forma se integram, formando uma totalidade.

Tendo em mente as idéias expostas em cada capítulo, analise o quadro a seguir.

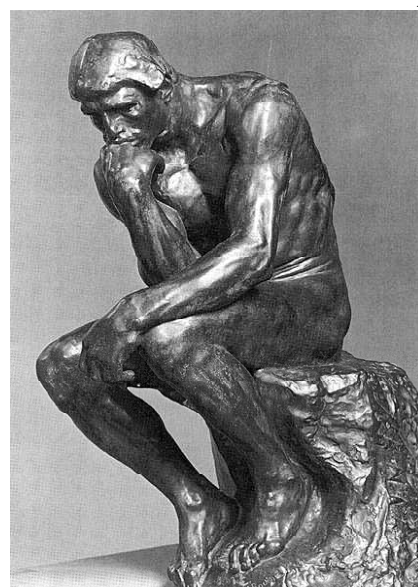
Autor	
Obra	
Editora	
Ano	
Capítulos	
Principais idéias apresentadas por capítulo	

Quadro 1: Modelo de ficha de leitura

Fonte: Construção do autor.

Este é o modelo de ficha de leitura que você deverá completar com todos os dados. No item "capítulos" você vai citar apenas os títulos dos capítulos ou partes da obra; no item "principais idéias apresentadas por capítulo" você deverá fazer uma apresentação bem detalhada e ordenada da obra, para que o leitor consiga entender perfeitamente o que o autor expressou.

A ficha não tem limites de páginas, então, você deverá expor as idéias que melhor representem o livro que foi lido. O fichamento é fundamental, pois ele nos propicia uma visão geral e detalhada da obra e, para tanto, é importante uma leitura bem atenta. Na medida em que for realizando a leitura, faça as anotações para depois completar a ficha. Isso torna o trabalho mais fácil e didático.



² Disponível em: <<http://www.hawaii.edu/lruby/art400/THINKER.GIF>>. Acesso em: 16 maio 2009.

SÍNTESE DA UNIDADE 4



Nesta Unidade sugeri uma atividade prática para que você tome conhecimento de diferentes visões sobre o Brasil, sob o olhar de historiadores, cronistas e literatos, todos estabelecendo uma perspectiva de entendimento de questões relevantes que sintetizam um panorama da cultura brasileira. É uma atividade prática, para a qual você terá acesso às obras originais e não a comentários sobre as mesmas, por isso é fundamental um olhar bem atento sobre a obra e sua posterior interpretação.

Referências



ASSIS, Machado de. *Obra completa*. Rio de Janeiro: Aguilar, 1973.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa; São Paulo: Difel; Bertrand Brasil, 1990.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. In: *Estudos Avançados*, Rio de Janeiro, 11(5), 1991.

WHITE, Hayden. *Meta-história: a imaginação histórica no século XIX*. São Paulo: Edusp, 1992.

KRAMER, Lloyd S. Literatura, crítica e imaginação histórica: o desafio literário de Hayden White e Dominick LaCapra. In: HUNT, Lynh. *A nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

MENDONÇA, Carlos Vinicius Costa de; ALVES, Gabriela Santos. *Os desafios teóricos da história e a literatura*. Disponível em: <<http://www.anpuh.uepg.br/historia-hoje/vol11n2/historialitera.htm>>. Acesso em: 28 abr. 2009.

NEVES, Margarida de Souza. História da crônica. Crônica da história. In: RESENDE, Beatriz (Org.). *Cronistas do Rio*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1995.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. História & literatura: uma velha-nova história. In: *Nuevo Mundo Mundos Nuevos, Debates*. 2006. Disponível em: <[URL:http://nuevomundo.revues.org/index1560.html](http://nuevomundo.revues.org/index1560.html)>. Acesso em: 28 abr. 2009.

NORA, Pierre. Entre a memória e história: a problemática dos lugares. In: *Revista Projeto História*, São Paulo: PUC/SP, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

